

Autorização de Exploração - Corte de Árvore Isolada

Número da Autorização	Registro Sinaflor	Área autorizada	Validade
2041.4.2025.84681	24126507	Não se aplica	05/09/2025 a 05/09/2029
Detentor da autorização		Autorização vinculada	CPF/CNPJ do Detentor
MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA		Não se aplica	76.995.455/0001-56
Município de referência		Coordenadas de referência	
CORONEL VIVIDA / PR		-25,993986417 -52,571947814	
Outros municípios associados			
Não se aplica.			

Dados dos imóveis rurais

Não se aplica.

Volumetria autorizada

Produto	Indivíduos	Volume por Ha	Volume total	Unidade
Lenha(m³)	Não se aplica	Não se aplica	0,3988	m³
Tora(m³)	Não se aplica	Não se aplica	0,2602	m³

Detalhamento da volumetria autorizada

Tora(m³)	
Tora(m³) / Cordia trichotoma / Louro / ,1754 m³	Tora(m³) / Handroanthus chrysotrichus / Ipê-amarelo / ,0848 m³
Produtos sem indicação de espécie	
Lenha(m³) / ,3988 m³	

Condicionantes

Gerais
1.01 Autorização de supressão de vegetação nativa com validade de 48 (quarenta e oito) meses prorrogável uma vez por 1 (um) ano; A solicitação para eventual renovação do prazo de validade da UAS, DEVERÁ ser protocolada pelo requerente na plataforma SINAFLO+, acompanhada de justificativa técnica;
1.02 DEVERÁ ser mantida uma via desta Autorização no local; O interessado autorizado será o responsável pela adoção de medidas e cuidados necessários à prevenção e reparação de danos ao meio ambiente;
1.03 Qualquer alteração que implique no aumento da área de vegetação a ser suprimida ou que esteja fora dos limites da área do polígono inicialmente autorizado, DEVERÁ ser previamente submetida a NOVO requerimento de Autorização de Exploração - UAS;
1.04 É VEDADA qualquer possibilidade de fracionamento da área objeto de solicitação de licenciamento e supressão, estando o requerente sujeito às sanções cabíveis;
1.05 A supressão de vegetação DEVERÁ respeitar o polígono autorizado, o inventário da vegetação nativa, as informações contidas no SINAFLO+ e as condicionantes, estando o requerente submetido à aplicação de medidas administrativas e criminais previstas em lei, no caso de não observância dos itens estabelecidos na autorização ou comprovada a inveracidade dos estudos e dados apresentados;
1.06 O não cumprimento da legislação vigente sujeitará o empreendedor e/ou seus representantes às sanções previstas na Lei Federal nº 9.605/98, regulamentada pelo Decreto Federal nº 6.514/08;
1.07 A supressão de vegetação nativa, em qualquer estágio de regeneração, sem Autorização de Exploração emitida pelo órgão ambiental competente, está sujeita a auto de infração e regularização das áreas, nos termos da legislação vigente;

1.08 O transporte ou armazenamento de madeira DEVERÁ OBRIGATORIAMENTE ser acompanhado de Documento de Origem Florestal (DOF), sendo que o mesmo deverá acompanhar a matéria prima até o beneficiamento final, § 1º do art. 36 da Lei Federal nº 12.651/2012;

1.09 Fica terminantemente PROIBIDO ao solicitante adentrar na área de terceiros, sem autorização formal e escrita do proprietário/possuidor, adicionado à apresentação da certidão da matrícula ou transcrição imobiliária emitida pelo respectivo Cartório de Registro de Imóveis ou documento de justa posse;

1.10 Esta autorização não atesta propriedade e/ou direito de acesso às áreas atingidas pelo requerente; O descumprimento das condicionantes, exigências e restrições descritas acarretará no cancelamento desta Autorização e implicará na aplicação das sanções e penalidades previstas na legislação ambiental;

1.11 Antes do corte das árvores deverá ser realizada varredura e, quando observados animais silvestres, colmeias, ninhos ativos ou inativos, a equipe de resgate deverá ser comunicada imediatamente; Quando for identificado a presença de ninho ativo e/ou inativo nas árvores, estes DEVEM ser avaliados quanto a presença de ovos ou filhotes. Quando o ninho estiver ocupado, a árvore DEVERÁ ser sinalizada e o corte desta somente poderá ocorrer após a saída naturalmente dos animais.

Específica

2.01 Trata-se de obra necessária para execução das obras de instalação da CRECHE INFANCIA FELIZ; Interessado autorizado: Prefeitura Municipal de Coronel Vivida, CNPJ: 76.995.455/0001-56; Representante Legal: Anderson manique Barreto;

2.02 Autorizado o corte de quatro (04) árvores folhosas, sendo 01 Louro Pardo e 03 Ipes amarelos, totalizando um volume de 0.2602m³ de tora e 0.1548m³ de lenha;

2.03 NÃO PODERÃO ser implantadas obras de infraestrutura, edificações ou armazenamento de material lenhoso em Áreas de Preservação Permanente ou Remanescentes Florestais nativos, sem o devido licenciamento ambiental;

2.04 Após realizar a supressão devidamente autorizada, o detentor da Autorização de Exploração DEVERÁ fazer o REGISTRO DA EXPLORAÇÃO no SINAFLO+, informando o volume efetivamente explorado, para gerar os créditos no sistema DOF e possibilitar as respectivas transações florestais;

2.05 DEVERÁ dar atendimento ao Decreto nº 1.940 de 03/06/1996, Capítulo II, Art. 22, quanto à Reposição Florestal Obrigatória no prazo de 45 dias, devendo proceder: II. Pelo recolhimento de cota árvore, prevista no Art. 31 da Lei Estadual nº 11.054/95, à cota de Reposição Florestal Obrigatória ¿ CREDIFLO, no valor correspondente ao crédito de árvore, necessário para atender ao consumo volumétrico;

2.06 Antes do início da supressão vegetal todas as áreas de incidência deverão ser vistoriadas e devidamente identificadas e realocadas as plantas epífitas (aráceas, bromélias e orquídeas);

2.07 O requerente poderá sofrer sanções administrativas de acordo com o Artigo nº 83 do Decreto Federal nº 6.514/08, por deixar de cumprir compensação ambiental exigida pelo Órgão ambiental competente;

2.08 A supressão da vegetação DEVERÁ ocorrer de forma controlada, direcionando o deslocamento e afugentamento da fauna presente para áreas seguras garantindo a fuga espontânea dos animais, reduzindo assim, eventuais ocorrências e necessidade de resgates e manipulação de espécimes;

2.09 Ao finalizar a supressão, sempre que houver licenciamento ambiental, o empreendedor DEVERÁ apresentar RELATÓRIO DE EXPLORAÇÃO com as informações da conclusão da supressão, incluindo a volumetria explorada; O Relatório de Exploração DEVERÁ contemplar mapa georreferenciado de uso e ocupação do solo, com destaque para o respectivo polígono de supressão, apresentando os respectivos arquivos vetoriais (shp., kmz., kml. Ou json.), bem como, laudo de cubagem da volumetria explorada, destinação do material suprimido, cópia da Autorização de Exploração

emitida;
2.10 O Relatório de Exploração DEVERÁ ser apresentado, via eProtocolo, em ATÉ (90) noventa dias após o término da validade da Autorização de Exploração ; UAS; Somente serão aceitos Relatórios de Exploração elaborados por profissional habilitado, conforme respectivo Conselho de Classe, devidamente acompanhado por Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de execução da exploração;
2.11 Caso sejam identificadas deficiências nas informações contidas no Relatório de Exploração apresentado, PODERÁ ser emitida pendência técnica para complementação dos dados necessários;
2.12 Quando necessário realizar resgate de fauna, o mesmo DEVERÁ ser feito por profissional habilitado e qualificado;
2.13 Para o uso de Motosserra, a mesma DEVE estar devidamente licenciada, portando Licença para Porte e Uso de Motosserra (LPU); Na execução da autorização florestal, DEVE ser dada a correta e imediata destinação da matéria prima florestal, tanto a comercial quanto àquela que não possui valor econômico;
2.14 Fica terminantemente VEDADO o uso de fogo para quaisquer fins, em caso de descumprimento implicará na aplicação das sanções e penalidades previstas na legislação ambiental vigente;
2.15 É PROIBIDO o corte de outras árvores fora das que foram autorizadas; Esta autorização ambiental NÃO desobriga a obtenção de outras porventura exigidas por outros órgãos;
2.16 A constatação, em qualquer tempo de ocorrência de danos ambientais durante a substituição de vegetação, implicará na IMEDIATA INTERDIÇÃO do corte da vegetação e EMBARGO das atividades na área, ficando os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, sujeitos às sanções penais e administrativas previstas na legislação ambiental independentemente da obrigação de reparos aos danos causados;
2.17 O IAT, mediante decisão motivada, poderá MODIFICAR OS CONDICIONANTES E AS MEDIDAS DE CONTROLE E ADEQUAÇÃO, SUSPENDER OU CANCELAR LICENÇA/AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL EXPEDIDA, quando ocorrer: I ; VIOLAÇÃO OU INADEQUAÇÃO de quaisquer condicionantes ou normas legais; II ; OMISSÃO OU FALSA DESCRIÇÃO de informações relevantes que subsidiaram a expedição da licença ou da autorização; III ; SUPERVENIÊNCIA de graves riscos ambientais e de saúde.

Histórico	
Ação	Data do Protocolo
Autorização Emitida	05/09/2025 - 14:03:54



Documento assinado eletronicamente por Flávia Natália Ostapiv, Gerente Autorizador - Escritório Regional do IAP de Pato Branco, em 05 de setembro de 2025, com fundamento no art. 6º, § 1º do Decreto nº 8.539 de 8 de Outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site:
<https://sinaflor2.ibama.gov.br/sinaflor2autorizacao/qrcode/20414202584681>